

com o enriquecimento de seu acervo sociocultural, pois, ao abandonarem uma situação de invisibilidade política, o que fazem é dar continuidade a uma história indígena de longa duração. Para os Arapiuns, Jaraqui e Tapajó, o tempo muito antigo - quando viveram aqueles que fizeram as terras pretas (solo antropogênico) e as “cabecinhas de barro” (resquícios arqueológicos cerâmicos) - se acabou com a Cabanagem. Contam que os barcos dos brancos chegavam de fora “acabando com tudo”, o que levou famílias a se afastarem para áreas de “centro da mata” ou para a região das cabeceiras do Arapiuns. Estas migrações forçadas foram seguidas de um lento processo de reocupação das “beiradas” (margens do rio). Conforme as narrativas indígenas, este processo de reocupação dos lagos e beiras do baixo curso do rio Arapiuns foi refreado em meados de 1920 por uma combinação entre o acirramento de tensões e conflitos com os “coronéis” (poderosos locais) e a proliferação de uma epidemia de paludismo (malária). Aos poucos, em um período que remete ao terceiro quartel do século XX, passaram novamente a formar sítios habitacionais mais duradouros nestas regiões. Com o tempo estes foram expandidos e deram origem aos segmentos residenciais que fundaram as primeiras comunidades na década de 1970. Além de se organizarem em comunidades e associações representativas, muitos passaram a participar das reuniões de trabalhadores (“muvucas”) mobilizadas, entre outros órgãos, pelo Batalhão de Engenharia e Construção (BEC). Em meio a estes processos, adquiriram maior familiaridade com os termos e trâmites dos aparatos jurídicos e estatais e, a partir da década de 1990, deram início aos debates sobre os direitos constitucionais reservados aos povos indígenas que habitam o território nacional, com o objetivo de - enfim - obterem garantias de posse e usufruto exclusivo sobre seu território de ocupação tradicional. Os relatos dos Arapium, Jaraqui e Tapajó informam que há muito eram chamados de *índios*, *tapuios* ou *caboclos* pelos “marreteiros”, “coronéis” e outras “pessoas de longe”. Nestes contextos, no entanto, estas categorias tinham uma carga fortemente pejorativa. Foi com o tempo, a partir de reflexões sobre os argumentos e ponderações que passaram a ouvir em reuniões, que entenderam os termos legais a respeito dos povos indígenas. Em sua maioria, contam ser descendentes de índios “puros” ou “misturados”, que se tornaram cristãos, aprenderam a língua portuguesa e formaram comunidades. Afirmam que no passado foram levados por falsas ideias de que incorporar elementos da “catequese e civilização” seria o mesmo que “virar branco”. Atualmente, se utilizam de categorias como “índios civilizados” ou “índios modernos” para dar sentido à sua condição de vida diferenciada. A afirmação política da condição de “indígenas civilizados” tem sido acompanhada por processos de adoção de diferentes nomes étnicos que, na prática, operam para marcar diferenças internas entre os diversos segmentos residenciais e comunidades que passaram a se auto-reconhecer como tais. Entre as comunidades/aldeias que compõem a TI Cobra Grande, Garimpo adotou o nome Tapajó, Caruci e Arimum adotaram o nome Arapium e Lago da Praia adotou o nome Jaraqui. Em meados de 2003, durante o segundo levantamento realizado pela Funai na região, o conjunto destes povos formalizou ao Estado a reivindicação pela demarcação da TI Cobra Grande. Este processo, marcado por notória insuficiência e/ou distorção de informações sobre as modalidades jurídico-administrativas de regularização de terras para povos tradicionais, coincide com a formação da comunidade de Santa Luzia, em decorrência de uma cisão ocorrida no interior da comunidade de Lago da Praia. Tendo em vista a adesão desta última à demanda pela demarcação da terra, os segmentos residenciais que formaram Santa Luzia adotaram, de pronto, uma postura contrária à proposta. Aderiram ao projeto de implantação do PAE Lago Grande e se aproximaram das vilas da região do Lago Grande, que se apresentavam contrárias à demarcação. Ao passo que aprofundavam suas alianças com as vilas e comunidades do Lago Grande, os comunitários de Santa Luzia realizaram uma campanha para convencer seus parceiros dispersos pelas vizinhanças a retirarem seu apoio à proposta de demarcação da Terra Indígena. Com efeito, o fortalecimento da articulação entre Santa Luzia e as vilas do Lago Grande estimulou a formação de uma divisão de mesmo tipo entre os segmentos residenciais das comunidades do Caruci e do

Arimum. Este processo levou à formação de duas facções: uma ligada ao Conselho Indígena da Terra Cobra Grande (COINTECOG), ao Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e ao Grupo de Consciência Indígena (GCI); outra ligada à Federação Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE) e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR). Em meio a esse contexto de tensões e boatos, antigos estigmas e estereótipos foram reativados, dentre os quais se destaca a ideia de que índios de verdade são bravos, não são cristãos, falam feio e comem cru. A isto acresce que, para muitos, o movimento pela demarcação da Terra Indígena passou a ser interpretado como uma seita, algo associado à feitiçaria. Ao passo que os segmentos que aderiram ao PAE Lago Grande adotavam esta postura hostil e intensificavam suas articulações políticas que visavam barrar a demarcação, os segmentos ligados ao COINTECOG passaram a adotar posturas no mesmo tom. Em meio a este “grande racha”, ocorrido em meados dos anos 2000, muitos segmentos passaram a considerar a possibilidade de transitar entre o apoio ao reconhecimento da TI ou a consolidação do PAE, tendo em vista o estado atual das relações de aproximação e distanciamento que ocorrem no dia a dia. Esta foi a situação encontrada pelo GT em 2008. Neste mesmo ano, o MPF em Santarém instaurou Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000250/2008-35, com o objetivo de acompanhar o procedimento demarcatório da TI Cobra Grande; e o Incra firmou convênios técnicos para dar prosseguimento à implantação do PAE Lago Grande. Ao longo do tempo e à medida que as comunidades passaram a dispor de maiores informações e esclarecimentos sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, os boatos e as tensões locais foram amenizando. Neste sentido, é preciso destacar também o interesse e a iniciativa dos próprios comunitários em buscar uma solução dialogada para o impasse. De uma situação permeada por agressões, ameaças e acusações, os diversos segmentos residenciais que compõem estas comunidades passaram a discutir a formulação de um “plano de bem viver”, ou seja, um conjunto de ações de proteção e gestão territorial e ambiental a ser implementado tão logo a Terra Indígena Cobra Grande seja reconhecida pelo Estado brasileiro. Recentemente, em março de 2013, os representantes das aldeias realizaram reuniões internas com o objetivo de ratificar e formalizar seu consenso em torno desta proposta de delimitação.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE: A Terra Indígena Cobra Grande está localizada à margem esquerda do baixo curso do rio Arapiuns, em uma região que abrange os lagos Arara, Caruci, da Praia, Camuci, Sarará e Arimum. Uma pequena fração da área se estende às margens do lago Ajamuri, que desemboca no rio Amazonas (Lago Grande do Curuaí). Sua população atual é de aproximadamente 583 pessoas (2008), distribuídas em 124 casas que compõem 05 aldeias/comunidades, a saber: Caruci, Lago da Praia, Santa Luzia, Arimum e Garimpo/Caridade. A maioria das residências se encontra dispersa às margens dos lagos e igarapés que desaguam no rio Arapiuns e são complementadas por aquilo que os indígenas chamam de “centros” ou “colônias” - espaços onde plantam roçados e constroem casas de farinha - e de um porto próprio. A circulação entre o centro e a beira coaduna-se com o trânsito a áreas mais distanciadas para o desenvolvimento de diversas atividades. Os sítios habitacionais mais duradouros são formados por diversas construções (dormitório, cozinha, quintal), e podem ser feitos em alvenaria ou com palhas, madeiras e cipós coletados nas adjacências das casas, no modelo tradicional. As trajetórias espaciais realizadas pela maioria destas parentelas e seus ancestrais, ao longo do tempo, têm por referência elementar os igarapés, lagos e centros de mata do rio Arapiuns e suas adjacências. Embora a ocupação das áreas atualmente habitadas em caráter permanente por estes povos remeta a tempos imemoriais, houve diversos momentos de refluxo para zonas de matas e cabeceiras por conta das contingências do processo de colonização. A formação das comunidades a partir dos anos 1970 foi um passo fundamental nos processos de legitimação de suas ocupações tradicionais face ao Estado e à sociedade envolvente. Observa-se que as parentelas que formaram estas comunidades estão interconectadas entre si por densas redes de parentesco e aparentamento (compadrio

e adoção). Seguem as localizações, dimensões e formas de distribuição socioespacial dos aglomerados de casas habitados pelos segmentos residenciais que compõem estas aldeias/comunidades, com explicitação do tempo em que se encontram nestas localizações: a) Lago da Praia, fundada em meados dos anos 1970. O espaço comunitário se encontra na margem leste do lago da Praia. Os segmentos residenciais se distribuem entre: (1) a região entre a margem leste do lago e a ponta do Toronó; (2) a região entre a ponta de Pedras (margem oeste) e o lago do Camuci; (3) a região do fundo do lago, nas adjacências do igarapé Água Fria. Atualmente, o conjunto destas áreas abrange aproximadamente 26 casas e 140 habitantes. b) Santa Luzia, fundada em 2003 a partir de um processo interno de cisão ocorrido em Lago da Praia. O espaço comunitário, formado no fundo do lago (adjacências do igarapé Água Fria), comporta a maioria de seus moradores. Ao longo do processo, segmentos residenciais que habitam as margens dos lagos Camuci e Sarará abandonaram a aldeia de Lago da Praia e se filiaram a Santa Luzia. Atualmente, o conjunto destas áreas abrange 25 casas e 124 habitantes. c) Caruci (ou Karucy/Karusi), fundada em meados dos anos 1980, a partir de um processo de cisão interna entre os segmentos residenciais que formaram a comunidade de Lago da Praia na década anterior. O processo envolveu parentelas que já habitavam as margens destes lagos e participavam de outras comunidades adjacentes, como Araci e Urucureá. Os aglomerados de casas atuais se encontram distribuídos, basicamente, em quatro microrregiões: (1) a região entre a margem oeste do lago Caruci (Araçá) e a ponta do Toronó; (2) as cabeceiras e os igarapés formadores do lago; (3) a margem leste do lago Caruci, onde foi construído o espaço aldeão; (4) as margens do lago Arara. Atualmente, o conjunto destas áreas abrange aproximadamente 33 casas e 150 habitantes. d) Arimum, fundada em meados dos anos 1970, a partir do momento em que os segmentos residenciais que habitavam as margens deste lago decidiram se separar da Vila Brasil (a montante no rio Arapiuns). Os aglomerados de casas atuais se encontram dispersos em diferentes zonas deste lago, que se divide em três braços (Mangal, Sepetú, São João); além da região de centro do igarapé Macaquinho (que se encontra a noroeste do lago). Atualmente, as áreas de Arimum que compõem a TI abrangem aproximadamente 22 casas e 95 habitantes. e) Garimpo/Caridade (ou Nossa Senhora de Fátima), fundada em fins dos anos 1980, em um processo decorrente do crescimento de um aglomerado de casas formado na região de centro de mata entre o lago Arimum (braço Sepetú) e o lago Ajamuri (Lago Grande do Curuaí). Além destas zonas de centro, a aldeia envolve também segmentos residenciais que habitam sítios localizados às margens destes dois lagos, em áreas conhecidas como cabeceiras do Sepetú (Arimum) e cabeceiras de Caridade (Ajamuri). Atualmente, o conjunto destas áreas abrange 17 casas e 74 habitantes. A presente proposta de delimitação abrange o conjunto dos sítios habitacionais ocupados em caráter permanente pelos segmentos residenciais Arapium, Jaraqui e Tapajó que compõem as aldeias/comunidades e reúne condições para comportar a formação de novos sítios habitacionais ao longo do tempo. Os contornos oeste, leste e noroeste consistem em linhas secas, observando-se o fato de que as fronteiras convencionais estabelecidas entre as comunidades e vilas da região, desde a segunda metade do século XX, não são plenamente acordadas entre os diversos segmentos residenciais que os compõem. Estas divergências se manifestam, sobretudo, no fato de que os moradores das vilas situadas às margens do Lago Grande consideram que toda a região até a beira do rio Arapiuns constitui parte de suas colônias de produção, ao passo que as comunidades/aldeias que compõem a TI Cobra Grande se esforçam em garantir a posse e o usufruto exclusivo sobre estes territórios de ocupação tradicional. O processo de expansão de benfeitorias de produção relacionadas a estas vilas, sobre as áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, ocorre mesmo em meio à implantação do PAE Lago Grande (Incra), que destinou estas áreas às populações tradicionais que as ocupam. A despeito destas relações assimétricas que se manifestam na prática, é preciso destacar que as comunidades que compõem a TI Cobra Grande mantêm antigas e constantes relações simétricas de troca com aquelas que abrangem seu entorno. O consenso diante desta proposta de delimitação, estabelecido de maneira